

ASCENSÃO E DECLÍNIO DA EXPORTAÇÃO ERVATEIRA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DOS OITOCENTOS

Lilian da Rosa¹
Ligia Maria Osório Silva²

Resumo: Este trabalho analisa os determinantes para o aumento e a diminuição da exportação ervateira da província do Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. Para isso, foram consultados os Relatórios dos Presidentes de Província, os Códigos de Posturas das Câmaras Municipais, as leis provinciais e os dados de exportação de erva-mate. A análise destes documentos indica que, no início de 1850, fatores endógenos e exógenos contribuíram para o mencionado aumento. Por fim, o artigo também aponta os principais motivos que levaram à crise nas duas últimas décadas dos Oitocentos.

Palavras-chave: Erva-mate. Província do Rio Grande do Sul. Comércio externo.

ASCENSION AND DECLINE OF RIO GRANDE DO SUL' YERBA-MATTE PROVINCIAL EXPORT IN THE SECOND HALF OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: This work analyzes the increase and decrease of yerba-matte exports in the Province of Rio Grande do Sul in the second half of the nineteenth century. For this, it was performed a survey in Provincial Presidential Reports, Council Codes of Conduct, provincial laws and yerba-matte export data. The analysis of these documents indicates that, in the beginning of 1850, endogenous and exogenous reasons had contributed to the aforementioned increase. Finally, the paper also suggests the main reasons that had led to a crisis in the last two decades of the nineteenth century.

Keywords: Yerba-matte. Province of Rio Grande do Sul. Foreign trade.

ASCENSIÓN Y REDUCCIÓN DE LA EXPORTACIÓN DE YERBA MATE DE LA PROVINCIA DEL RÍO GRANDE DEL SUL EN LA SEGUNDA MITAD DE LOS OCHOCIENTOS

Resumen: Este trabajo analiza los determinantes para el aumento y la disminución de la exportación de yerba mate de la provincia del Rio Grande do Sul en la segunda mitad de los ochocientos. Para eso, se consultó a los Informes de los Presidentes de Provincia, a los Códigos de Posturas de las Câmaras Municipales, a las leyes de la provincia y a los datos de exportación de la yerba mate. El análisis de estos documentos indica que, en el comienzo de 1850, factores endógenos y exógenos contribuyeron al mencionado aumento. Por último, el artículo también indica los principales motivos que llevaron a la crisis en las dos últimas décadas de los ochocientos.

Palabras clave: Yerba mate. Provincia del Rio Grande do Sul. Comercio exterior.

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia, Campinas, Brasil, lilianrosa.rs@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6901-4476>

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia, Campinas, Brasil, loosorioeco@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-7351-5465>

Introdução

Por muitos anos, a história socioeconômica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se ocupou quase que exclusivamente com a produção da pecuária – que se desdobrava, sobretudo, no pastoreio do gado *vacum* – e com a produção do charque e seus derivados (ABREU E SILVA, 1922), (LAYTANO, 1952), (CARDOSO, 1997), (OSÓRIO, 1999). Apenas nas duas últimas décadas é que surgiram trabalhos que apontam para a relevância econômica, política e social da produção ervateira desta Província (ZARTH, 2002), (ARDENGHI, 2003) (CHRISTILLINO, 2010), (ECKERT, 2011), (ROSA, 2015).

Apesar do interesse tardio na história socioeconômica do mate rio-grandense, o setor ervateiro paranaense é objeto de pesquisa desde meados do século XX, com destaque para os trabalhos de (MARTINS, 1926) (LINHARES, 1969), (CARNEIRO, 1965), (IANNI, 1988), (PEREIRA, 1996), (CARNEIRO, 1962), (WESTPHALEN, 1988). Isso porque, ao longo do século XIX, a produção de erva-mate se tornou um dos principais produtos econômicos da Província do Paraná. Além disso, os ervateiros paranaenses migraram para a Província de Santa Catarina para explorar os ervais lá existentes (MAFRA, 2008), o que também deu origem a um outro centro produtor. De certa forma, a erva-mate produzida nessas duas províncias concorria diretamente com aquela produzida no Rio Grande do Sul.

Nesta Província, a árvore do mate (*Ilex paraguariensis*) se encontrava em abundância no vale do rio Pardo, no vale do rio Taquari e nas terras do norte e noroeste. A Figura 1 mostra o mapa dessas regiões, com destaque para os matos Castelhana e Português, espaços com densos ervais nativos. Essa distribuição natural contribuiu significativamente para a colonização dessas regiões e posteriormente para a arrecadação das suas Câmaras Municipais. No período entre 1850 e 1860, por exemplo, a erva-mate foi a maior fonte de receitas em Taquari (CHRISTILLINO, 2010). Inclusive, em alguns momentos, ela foi considerada o segundo produto mais importante na economia da Província (CHRISTILLINO, 2008), condição alavancada em parte devido ao grande consumo de chimarrão da população rio-grandense – como apontam os relatos de Saint-Hilaire (2002).

A erva-mate também estava no centro de algumas relações comerciais do Rio Grande do Sul com determinados Estados Nacionais. Ela era exportada principalmente para o Uruguai, o Chile, a Bolívia e a Argentina, nações que a consumiam devido à presença de hábitos culturais. Esse mercado internacional a

tornou uma das principais mercadorias de exportação das Províncias sulistas, já que ela estava entre os oito produtos de origem agrícola mais vendidos pelo Brasil, a saber: o açúcar, a aguardente, o algodão, a borracha, o café, o cacau, a erva-mate e o fumo (SOARES, 1977).

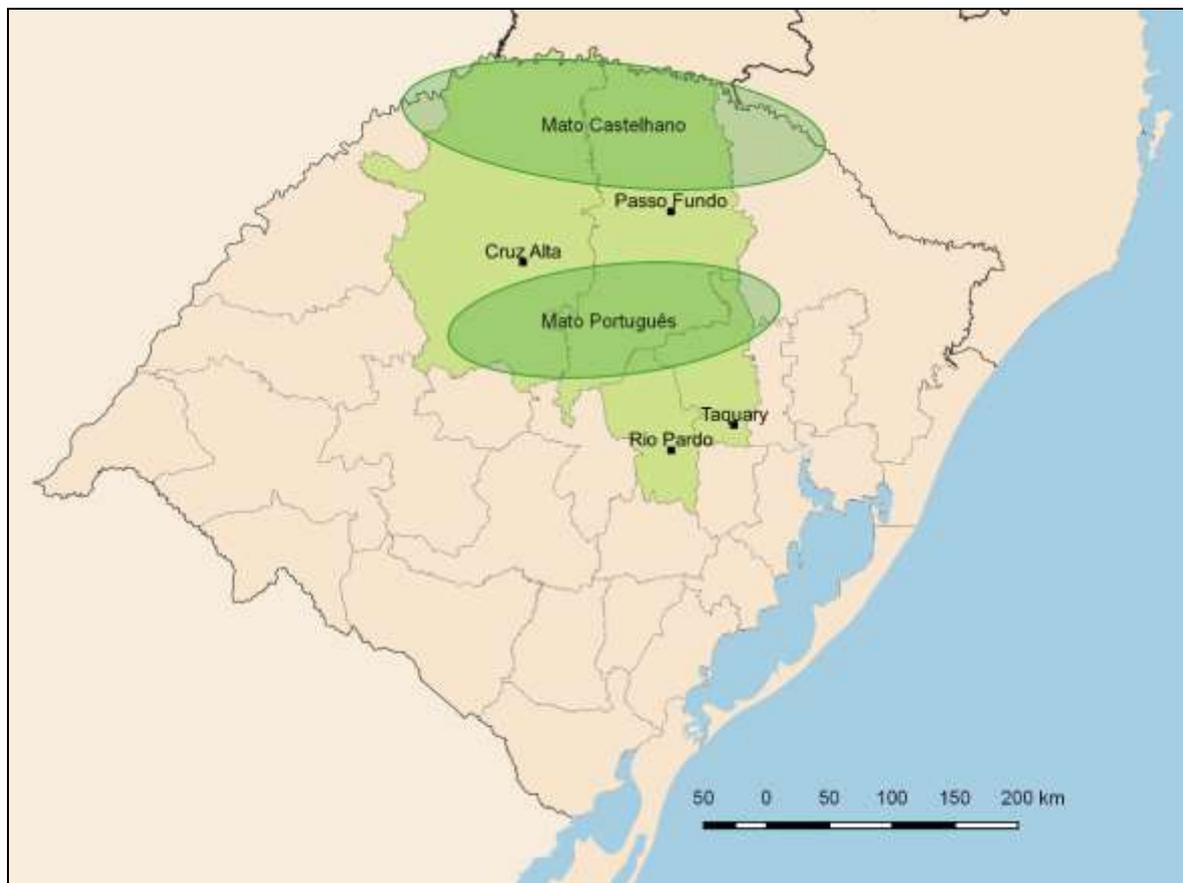


Figura 1: Mapa das regiões de ervais. Fonte: Adaptado de (BENTO, 1992)³.

Em particular, informações compiladas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e apresentadas no Documento FEE n.º 60⁴, apontam que, na segunda metade dos oitocentos, houve um período em que esse comércio externo se intensificou e a erva rio-grandense ocupou uma posição de destaque. No final desse mesmo século, esse comércio retrocedeu e passou por uma forte crise. Este trabalho apresenta e discute esses dados e, na sequência, levanta os motivos para essa ascensão e queda da exportação ervateira.

³ Este mapa foi confeccionado com uso de *software* livre QGIS, voltado para a análise e a criação de representações geoespaciais. Para compor o mapa foi utilizado a malha municipal de 1870, disponível gratuitamente no site do IBGE.

⁴ Documento disponível gratuitamente em: <https://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/publicacoes-descontinuadas/documentos-fee/>.

Além do Documento FEE n.º 60, este trabalho se baseou nos Relatórios dos Presidentes de Província, relativos aos anos de 1850 a 1890. Tais Relatórios reúnem informações de diversas pastas e secretarias de governo da época e apresentam informações estatísticas da produção, das finanças e da arrecadação. Foram igualmente consultados os Códigos de Posturas das Câmaras Municipais, que regulamentavam o setor ervateiro, e a legislação provincial, que regulamentava a qualidade da erva-mate destinada ao estrangeiro.

A extração e a manufatura de erva-mate

No início do século XIX, a produção ervateira era realizada manualmente. Dirigiam-se para os ervais muitos homens com carretas ou burros e, assim que chegavam, construíam moradias provisórias em meio à mata para se instalar por semanas ou mesmo por meses, já que muitas vezes o erval se distanciava até 30 léguas de suas moradas (AVÉ LALLEMANT, 1980). Normalmente, o assentamento era montado na convergência de picadas, de modo que facilitasse o deslocamento dos animais e das pessoas. Próximo ao assentamento, também eram construídas as estruturas rudimentares destinadas a manufatura.

Montado o acampamento, ocorria a extração dos galhos e folhas da *Ilex*. Na sequência, acontecia o sapeco, procedimento em que a ramagem era passada rapidamente sobre as chamas de uma fogueira, com o objetivo de desidratar as folhas e galhos menores. Isso evitava a fermentação da planta e garantia a qualidade do produto. Para dar continuidade a secagem iniciada no sapeco, era montado o carijo, uma estrutura de madeira que auxiliava na torrefação uniforme. Após o carijo, eram então trituradas e colocadas em sacos de couro para serem malhadas com um pedaço de madeira ou eram colocadas em um pilão de soque manual (SAINT-HILAIRE, 2002). Toda essa manufatura tradicional levava de 7 a 8 dias e praticamente não requeria grandes investimentos. Depois desse processo, o produto era embalado em surrões, uma espécie de bolsa produzida do couro bovino.

A produção de erva-mate ganhou certa importância ao longo da Revolução Farroupilha (1835-1845). O desenrolar desse conflito, aos poucos, levou o exército dos farrapos a decretar a separação do restante do Império e a proclamar a independência da denominada República Rio-grandense, em 1836. Nessa situação o espaço territorial do atual Rio Grande do Sul foi dividido entre a Província do Império e o novo Estado republicano.

A República recém-formada necessitava de recursos financeiros e por isso criou uma série de fábricas⁵ para a manutenção da máquina administrativa e do exército. Nesse contexto, a erva-mate se tornou um dos produtos investidos, já que em abril de 1836, após a vitória dos farrapos na batalha do Rio Pardo, o governo republicano se apossou dos ervais daquela região e, com o decreto de 11 de janeiro de 1836, deu início a uma fábrica de erva-mate no município de Taquari⁶, para a qual 40 escravos foram enviados para trabalhar. Com o tempo, esse empreendimento em Taquari tornou a região um primeiro polo produtor de erva-mate. Além desse investimento, pouco tempo depois, o governo farroupilha também explorou os ervais da região de Cruz Alta e ali construiu novas fábricas (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2009), o que contribuiu para torná-la um segundo polo ervateiro.

O estímulo à produção de erva-mate – em conjunto com outros produtos como couros, charque e rebanhos bovinos – ocorria porque ela servia como moeda de troca – por armas, pólvora, ferro e remédios – entre a República Rio-grandense e os Estados Nacionais vizinhos, especialmente o Uruguai e as Províncias Unidas do Prata⁷. No entanto, à medida que o conflito se prolongou, a despeito dos investimentos feitos, o novo Estado enfrentou crises financeiras e de abastecimentos. A partir de 1842, as ações do exército imperial foram incisivas contra os farroupilhas, que já não possuíam condições para sustentar o conflito e por isso assinaram um tratado de paz, em março de 1845 (PESAVENTO, 1997). No tocante à erva-mate, como legado desse período, ficaram as relações comerciais externas e as criações das fábricas, que de certa forma, contribuiriam para a emergência do setor ervateiro no Rio Grande do Sul, uma vez que foram as primeiras iniciativas de mudança produtiva da erva-mate – lembrando que no início do século, a produção dependia exclusivamente de trabalhos manuais e acontecia nos assentamentos em torno dos ervais (ROSA, 2015).

⁵ Além das fábricas de erva-mate o governo também criou a fábrica do curtume nacional, a fábrica nacional de lombinhos, a fábrica de pólvora, a fábrica de fumo e a fábrica de carretas.

⁶ Jornal o Povo. Piratini. Nº. 14. 20 de outubro de 1838, p. 59.

⁷ O nome oficial da atual República da Argentina foi confeccionado em 1862, após o término da guerra civil.

Ascensão e declínio na segunda metade dos Oitocentos

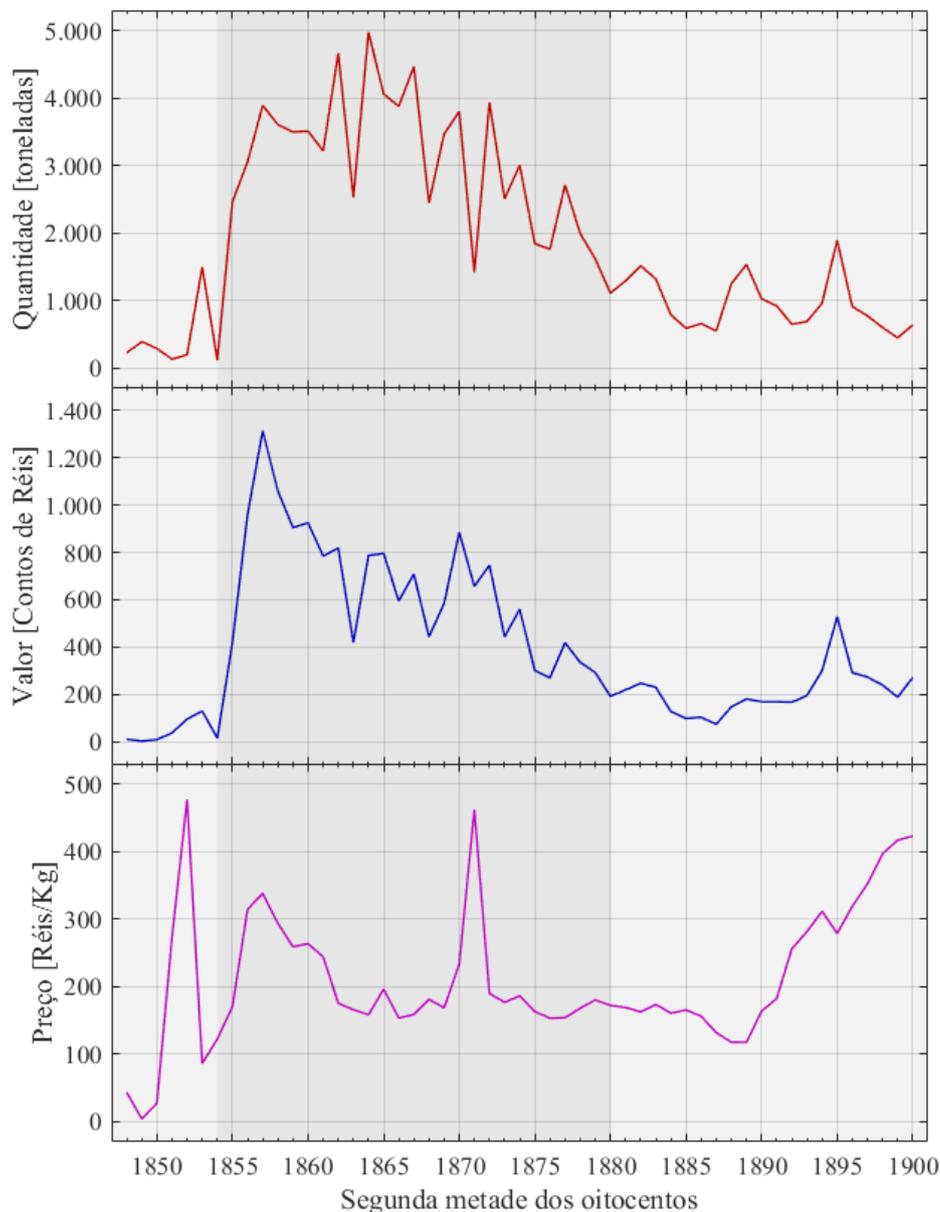


Figura 2: De cima para baixo, os gráficos representam a quantidade, o valor e o preço de exportação de erva-mate entre os anos de 1848 a 1900, com destaque para o período de 1854 a 1880, com a ascensão e o declínio da exportação. Fonte: Documentos FEE n.º 60 (2004)⁸.

Como mencionado há pouco, a produção de erva-mate, ao longo da segunda metade do XIX, viveu um período de ascensão e posterior crise. A Figura 2 apresenta três gráficos – quantidade, valor e preço de exportação – que apontam

⁸ Este documento, por sua vez, compilou as seguintes fontes primárias: 1) Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n.º8, dez. 1922; 2) Relatório do Presidente de Província na abertura da Assembleia Legislativa de 1857. Porto Alegre, [s.n]; 3) Relatório do Presidente de Província na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1953. Porto Alegre, [s.n]. 1853.

esse fato. De certa forma, eles representam uma estimativa da relevância do mate para o mercado internacional, numa tendência de médio a longo prazo (1848-1900).

A curva vermelha – quantidade de exportação – evidencia três momentos bem distintos. Nos anos de 1848 a 1854, a participação do mate no mercado externo foi pequena, geralmente abaixo de 500 toneladas (com exceção do ano de 1853). No entanto, o ano de 1855 marca um *boom* nas exportações, com uma breve queda a partir de 1857, mas com o retorno do crescimento em 1862, até atingir (com oscilações) um patamar próximo a 5 mil toneladas, em 1864. Depois disso, a exportação do mate sofreu ligeiras oscilações, mas sempre em torno de 3 mil toneladas, até 1880. Entre 1854 a 1880, a exportação teve os maiores índices do século XIX. O ano de 1880, por sua vez, mostra o início da crise desse setor no mercado externo, uma vez que a quantidade de erva-mate exportada não ultrapassou 2 mil toneladas e retrocedeu a valores comparáveis a 1848-54.

A curva azul – valor de exportação, que representa a arrecadação total da mercadoria durante o ano – também revela esses três momentos. Entre 1848 a 1854, o valor ficou abaixo de 200:000\$000. O ano de 1855 marca uma subida abrupta desse índice, com destaque para o ano de 1857, quando a soma exportada arrecadou 1.200:000\$000. Na sequência, houve uma ligeira queda entre os anos de 1859 a 1863 que se acentuou em 1864, seguido novamente de breve recuperação. Contudo, a partir de 1880, o valor da erva-mate, tal como a quantidade de exportação, retornou ao patamar de 1848-54.

Por fim, a curva lilás mostra que, para a maior parte dos anos desse período, o preço de exportação não ultrapassava 200 réis por quilo, mas que houve anos em que a valorização do produto elevou o preço a patamares acima de 300 e de 400 réis, como em 1852, 1856, 1857 e 1871. Com a crise do final do século, esse índice teve tendência de alta e fechou o século em torno do dobro do preço médio. As próximas seções discutem justamente os motivos que ocasionaram a tendência observada na quantidade, no valor e no preço de exportação de erva-mate, nesse período.

Ascensão e auge da exportação ervateira

O comércio externo de erva-mate rio-grandense se beneficiou de certas mudanças na conjuntura política e de algumas medidas administrativas – sancionadas pelas câmaras municipais ou pelo governo provincial. Além dessas,

ocorreram transformações sociais que contribuíram para o melhoramento do setor ervateiro, uma vez que favoreceram um aumento na qualidade e nas vendas externas do produto. Para fins de análise, os fatores do primeiro bloco são classificados como endógenos (à administração pública) – tratados na sequência da exposição – enquanto os do segundo são classificados como exógenos – tratados mais adiante.

Fatores endógenos

A província do Rio Grande do Sul adentrou a segunda metade do século XIX com relativa estabilidade política e econômica. Isso possibilitou a implantação de novos projetos de governo: como a retomada do processo de colonização que, com a finalidade de produzir alimentos para o mercado interno, destinava as terras tidas como isoladas aos agricultores imigrantes (PESAVENTO, 1992). As primeiras colônias – Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859) – surgiram entre 1849 e 1873 e receberam cerca de 22 mil estrangeiros, a grande maioria oriundos da Alemanha. Elas se estabeleceram nos vales dos rios Taquari, Pardo e Caí, áreas com abundância natural de ervais (MACHADO, 1996).

Aos poucos, esses colonos começaram a praticar algumas atividades econômicas locais, como a produção ervateira. Esse fato fica evidente ao consultar alguns relatórios dos presidentes da Província, que apresentam dados a respeito da produção de erva-mate nessas colônias recém-fundadas (Tabela 1)⁹.

Além deste, há outros exemplos. A documentação redigida por João Martins Buff, presidente da Colônia de Santa Cruz, relata que, em 1869, a viúva Ostereich e seus três filhos tinham como principal atividade econômica a extração dos ervais presentes no interior e nas proximidades de sua propriedade, localizada na Picada Santa Cruz, próximo à divisa com a colônia Monte Alverne¹⁰. Já no Relatório

⁹ Tais informações foram consultadas nos seguintes documentos: Relatório apresentado pelo Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Siminbu. Porto Alegre. Typographia do Mercantil. 1855; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865. p, 101; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório, Porto Alegre. Typographia do Rio Grandense. 1870, p, 70; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Antônio de Azevedo Castro. Porto Alegre. Typographia do Rio Grandense. 1876. p, 39.

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Correspondência da Câmara Municipal de Taquari*. Maço 65, 08 de julho de 1969.

Provincial de 1856, consta que a colônia Estrela colheu e beneficiou, naquele ano, 500 Kg de erva-mate, dos quais 420 foram destinados ao mercado¹¹. Supõe-se que o restante ficou para o consumo dos próprios colonos, os quais, de acordo com a carta do imigrante Josef Umann (1981), passavam por dificuldades financeiras e por isso não podiam comprar bebidas caras como cerveja ou vinho. Assim, desde de o início eles se habituaram ao consumo de chimarrão.

Tabela 1: Produção de erva-mate nas colônias.

Ano	Quantidade (Arrobas)	Colônia
1856	150	Santa Cruz
1865	420	Estrela
1869	156	São Luís
1876	253	Nova Petrópolis

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província dos respectivos anos: 1865, 1870, 1876.

Além do incentivo à colonização, o governo provincial, nesse mesmo período, também deu início ao projeto de catequização das comunidades indígenas presentes no mato Castelhana, no norte e noroeste da província (ver Figura 1), afim de viabilizar a ocupação daquelas terras. Para isso, em 1845, foi assinado o Decreto n. 426 de 24 de julho¹², que estabeleceu uma aproximação das referidas comunidades, com o intuito de promover aldeamentos e de evitar futuros confrontos durante o processo de ocupação daquelas terras. Essa política governamental surtiu um efeito rápido já que, entre 1848 e 1855, praticamente todas as tribos foram aldeadas em reservas indígenas: Guarita, Nonoai, Inhacorá, Ligeiro, Votouro e Cacique Doble.

Restritas a essas reservas, essas comunidades tiveram limitações quanto às práticas da pesca, da caça e da coleta de alimentos. O governo ressaltava que uma das formas de “civilizar” os indígenas era por meio da catequização e do trabalho. Em espaços reduzidos, os índios se dedicavam mais ao plantio de subsistência: feijão, milho e mandioca, principalmente. Além disso, dedicavam-se a produção ervateira. De acordo com o relatório de 1860, a tribo Sagas, por exemplo, semeou, naquele ano, 18 alqueires de milho e nove de feijão e, durante o inverno, extraiu cerca de duas mil arrobas de erva-mate, que foram vendidas ao valor de mil e

¹¹ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865, p, 101.

¹² Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845, Vol. pt II, p. 86.

duzentos réis por arroba, abaixo do preço corrente porque era erva cancheada¹³. Outro relatório, de 1863, informava que muitos indígenas trabalhavam no setor ervateiro por conta ou que alugavam sua força produtiva em fábricas de particulares¹⁴. Ademais¹⁵, as comunidades indígenas em contato com a sociedade luso-brasileira inevitavelmente sofreram influências culturais e econômicas. Originalmente, os índios consumiam a erva-mate por hábito ou com finalidades rituais. Após o aldeamento, eles também passaram a produzi-la com a expectativa de gerar algum excedente.

Outro fator relevante que contribuiu para a exploração dos ervais foi a abertura de estradas para facilitar a comunicação entre os centros comerciais. Um exemplo dessa natureza, incentivada pelo governo Imperial, foi a construção de uma estrada que partia de São Leopoldo, passava por Taquari e seguia para os campos acima da serra, até cruzar com a estrada que saía da região das missões, atravessava o norte da província e seguia em direção a Província de São Paulo. De modo geral, essas conexões visavam facilitar a catequização indígena, a exploração dos ervais existentes nesses espaços e facilitar a ocupação¹⁶.

Além dessa via, também ocorreram a abertura de pequenas estradas para integrar algumas Câmaras Municipais, afim de facilitar a comunicação e o tráfico de mercadorias. Por exemplo, em 22 de fevereiro de 1850, a Câmara de Cruz Alta solicitou para a Assembleia Legislativa provincial a abertura de uma estrada para interligar duas regiões produtoras de erva-mate – o seu distrito de Palmeira das Missões (no período pertencente a Cruz Alta) e a Câmara Municipal de Santo

¹³ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. 1ª sessão da 9ª legislatura. Porto Alegre. Typographia Correio do Sul. 1860, p, 20.

¹⁴ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Provincial. 1863, p, 38.

¹⁵ Sobre catequização e colonização dos índios ver os seguintes relatórios: Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. 1ª sessão da 9ª legislatura. Porto Alegre. Typographia Correio do Sul. 1860, p, 50; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Provincial. 1863, p, 38; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865, p, 102; Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello. Porto Alegre. Typographia do Rio grandense. 1872 p, 33, entre outros.

¹⁶ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. José Antônio Pimenta Bueno na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 1850, p, 13.

Ângelo – com o porto mais próximo do rio Uruguai¹⁷. Em 1850, o Presidente da Província, Pimenta Bueno, afirmou que essa obra era de grande utilidade, que demandava poucos recursos financeiros e que a administração provincial aguardava algumas informações para liberá-la¹⁸.

Enfim, a abertura de estradas e a formação dos aldeamentos, ambas fomentadas pela administração pública, de certa forma trouxeram estabilidade à Província, o que facilitou a ocupação do território e a posterior descoberta de novos ervais no Mato Castelhana. E concomitante a isso, com a finalidade de garantir a preservação dos ervais, a qualidade da erva-mate beneficiada e a arrecadação de impostos, o governo provincial e as Câmaras Municipais criaram uma série de leis para regulamentar o setor.

No âmbito provincial, os presidentes de Província regulamentavam a qualidade do produto destinado à exportação e fiscalizavam os portos autorizados. Em 1867, por exemplo, o presidente da Província sancionou a Lei 657 de 19 de julho, que autorizava somente as Mesas de Renda¹⁹ de Rio Grande, Jaguarão, Uruguiana e Itaqui a embarcar carregamentos de erva-mate para fora da Província²⁰. Em 1869, com a Lei 657, o presidente estendeu essa autorização as Mesas de Renda de Porto Alegre e São Borja. Além disso, a Lei determinou que antes do despacho a erva-mate fosse examinada por uma comissão, nomeada pelo administrador da respectiva Mesa, afim de evitar fraudes no produto. O texto da Lei ainda relembra que, se o produto eventualmente apresentasse algum tipo de falsificação, ele deveria ser destruído imediatamente, conforme fora estabelecido nos termos do artigo 20 do Regulamento nº. 53 de 24 de fevereiro de 1859²¹.

Em âmbito municipal, as Câmaras com ervais públicos, como Taquari, Cruz Alta e Passo Fundo, inseriram adendos, em seus Códigos de Posturas, com normas para regulamentar a extração, o beneficiamento e o comércio de erva-mate. A

¹⁷ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. Nº 143, Maço 60, Cx. 28, de 22 de fevereiro de 1850.

¹⁸ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio do Sul. Presidente de Província Pimenta Bueno. 1850, p, 15.

¹⁹ As Mesas de renda foram criadas no início do século XIX para operar despachos aduaneiros e fiscalizar os portos de escoamento, cuja a renda não compensasse a instalação de uma aduana completa. Conforme informação disponível no site da Receita Federal:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/mesasrendas/default.htm>.

²⁰ Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Biblioteca Borges de Medeiros. *Collecção das Leis e Resoluções e Actos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Tomo XXIII. 1º sessão da 13ª Legislatura. Tipographia Riograndense. 1869.

²¹ Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Biblioteca Borges de Medeiros. *Collecção das Leis e Resoluções e Actos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Tomo XXIII. 1º sessão da 13ª Legislatura. Tipographia do Riograndense. 1869.

Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta foi a primeira a realizar esse acréscimo, em 1853, e dedicou 13 artigos sobre essa questão²². Passo Fundo, em janeiro de 1862, dedicou 14 artigos²³ e Taquari, em março de 1872, 9²⁴. Quanto aos povoados com ervais públicos, logo que se emancipavam, também produziam sua legislação. Palmeira das Missões, um exemplo desse tipo, criou seu Código de Posturas, em julho de 1873, cujo 3º capítulo apresentava 13 artigos sobre erva-mate²⁵.

De maneira geral, as regulamentações de Cruz Alta, Taquari e Palmeira das Missões enfatizavam os seguintes aspectos:

- 1) Os ervais encontrados em terras devolutas eram públicos e de uso comum a todos que cumprissem a legislação.
- 2) A extração em ervais públicos era autorizada apenas mediante uma licença e o pagamento das receitas.
- 3) Era proibido colher erva em brotos, sem ter decorrido 4 anos entre uma colheita e outra. Também era proibido colher erva nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro.
- 4) Era proibido derrubar as árvores da *Ilex* ou podar ervais interditados pelas Câmaras.
- 5) Era proibido fazer roças contíguas a ervais públicos.
- 6) Era proibido misturar plantas de outras espécies com a erva-mate, bem como vender ou misturar erva estragada. Todos os produtores deviam criar uma marca registrada para produzi-la e comercializá-la.
- 7) Quem descumprisse a legislação seria punido com multas e dias de prisão.

O Código de Posturas de Passo Fundo, por sua vez, não dedicou qualquer artigo sobre o domínio e as condições de conservação dos ervais públicos e focou nos seguintes aspectos:

²² RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. Nº 142, Maço 60, Cx. 28, de 01 de fevereiro de 1850.

²³ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo. Nº 147a, Lata 125, 1862.

²⁴ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Taquari. Maço 279, Lata 96, Cx 150, de 10 de julho de 1873.

²⁵ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Palmeira das Missões. S/nº. Maço 97, Lata 124, Cx 43, de 20 de maio de 1875.

- 1) Era proibido misturar plantas de outras espécies com a erva-mate. Também era proibido vender ou misturar erva estragada.
- 2) Os engenhos deveriam ter um forno de secar erva; a trituração dos galhos e das folhas deveriam ocorrer em momentos distintos afim de garantir a qualidade do produto. Eles também deveriam receber os fiscais e efetuar o pagamento das receitas.
- 3) Os surrões deviam atender a um padrão de qualidade e estética para garantir a qualidade e a comercialização do produto.
- 4) Todos os engenhos deveriam relacionar a sua erva com a marca que os mesmos registravam na Câmara municipal, antes de vendê-la ao mercado nacional ou internacional.
- 5) O mate destinado ao consumo interno podia ser fabricado mais grosseiramente, conforme o uso admitido. Já o produto destinado ao consumo externo devia atender todos os padrões de qualidade exigidos por aquele mercado.
- 6) Quem descumprisse a legislação seria punido com multas e dias de prisão.

Notadamente, os Códigos de Taquari, Palmeira das Missões e Cruz Alta direcionavam a legislação para a preservação e a extração dos ervais enquanto o Código de Passo Fundo reforçava questões sobre a qualidade do produto destinado ao mercado. Ainda assim, os quatro Códigos possuíam aspectos em comum: como o pagamento de receitas, para que o ervateiro pudesse explorar o erval; a cobrança de multas e a possibilidade de prisão, para quem descumprisse qualquer norma sancionada; e a presença de fiscais que monitoravam tanto os ervais e quanto o beneficiamento da erva, para garantir a qualidade do produto final.

De modo geral, tanto as Leis quanto os Códigos de Posturas reforçam que a erva-mate era um produto economicamente relevante para a Província e para certas Câmaras Municipais de São Pedro do Rio Grande do Sul. A despeito disso, uma série de fatores exógenos também contribuíram para que a mesma atingisse esse destaque.

Fatores exógenos

Na segunda metade do oitocentos, o setor ervateiro passou por transformações em sua estrutura produtiva estimuladas pela melhoria dos maquinários. De certo modo, esse avanço foi uma repercussão da Revolução Industrial europeia e da importância do ferro como matéria-prima essencial para a construção de máquinas mais rápidas e robustas. Aos poucos, essas tecnologias transbordaram para os estados nacionais periféricos e promoveram modernizações nos diversos setores econômicos.

Nessa conjuntura, a produção ervateira se dividiu em duas etapas, o cancheamento e o beneficiamento. A primeira, que acontecia nos acampamentos levantados próximos aos ervais, correspondia à extração, ao carijo e a uma trituração grosseira, ainda similar a produção tradicional do início do século. Contudo, fortemente influenciada pela modernização em curso, a segunda passou a ocorrer em engenhos adaptados com pilões de ferro, movidos com tração animal ou hidráulica, que trituravam melhor e mais rápido.

Como exemplo desse desenvolvimento, um relatório de 1843 da Vila de Cruz Alta, enviado ao governo provincial, discorre sobre 16 engenhos de beneficiamento de erva-mate no distrito de Campo Novo, todos funcionando plenamente e produzindo excelente erva, pronta para o consumo e a exportação (BINDÉ, 1986). O viajante italiano *Henrique Schutel Ambauer*, outro exemplo da mesma época, visitou um engenho em Campo Novo com cerca de 10 a 12 pilões impulsionados por enormes rodas d'água (AMBAUER, 1868). Na Câmara Municipal de Rio Pardo, último exemplo, *Avé-Lallemant*, um viajante alemão, conheceu uma fábrica de erva-mate equipada com 46 pilões de puro ferro, que trituravam com grande velocidade as folhas e os pequenos ramos e que produzia até 100 arrobas por dia (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

Além do mencionado desenvolvimento industrial, uma tendência de crise do setor ervateiro na Província do Paraná foi outro fator que colaborou para os índices de exportação do mate rio-grandense. A produção paranaense emergiu por volta de 1820 com a instalação dos primeiros engenhos em Morretes e em Paranaguá. Aos poucos, a erva-mate se tornou um dos produtos com maior volume e valor de exportação (OLIVEIRA, 2000) – sobretudo para as Províncias Unidas do Prata, o Uruguai e o Chile (LINHARES, 1969). No entanto, próximo a segunda metade do oitocentos, esse setor apresentou quedas de arrecadação motivadas pelo excesso

de fraudes na produção. Em busca de maiores lucros, muitos ervateiros misturavam plantas de outras espécies ou erva estragada ao produto final, o que alterava suas propriedades organolépticas e o desvalorizava. Linhares (1969) ressalta que em um primeiro momento os mercados estavam desabastecidos e, por conta disso, consumiam esses produtos falsificados. No entanto, com o passar do tempo, os problemas relacionados a “falsificação” se avolumaram.

Esse tema se tornou constante nos debates entre vereadores e demais administradores públicos. O próprio Presidente da Província do Paraná, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, conjecturou em 1862 a extinção dessa atividade extrativista, em pouco tempo, caso não fossem tomadas medidas de fiscalização urgentes²⁶. No entanto, as discussões em torno dessa “falsificação”, bem como a necessidade de regulamentar a produção, perdurou até as décadas de 1860-70, quando foi sancionada uma regulamentação que colocou fim ao imbróglio²⁷. Embora seja difícil precisar as quantidades, esse período de instabilidade do mate paranaense possivelmente contribuiu para que o mate rio-grandense expandisse seu espaço no mercado internacional, geralmente mais exigente quanto à qualidade da erva.

Um terceiro fator está diretamente ligado à Guerra do Paraguai (1864-1870). Do mesmo modo que no Brasil, a árvore do mate crescia de forma natural em território paraguaio e a exploração desse recurso também originou um setor ervateiro, já nas primeiras décadas do oitocentos. Com a morte de José Gaspar de Francia, que governou de 1816 a 1840, o Paraguai iniciou um processo de modernização industrial, sobretudo com tecnologia inglesa, e implementou uma estratégia de “crescimento para fora”, baseada na exportação de produtos primários (DORATIOTO, 2002).

Engajada nessa pauta, a erva-mate era amplamente exportada para os Estados da bacia platina e para alguns Estados europeus. Em 1860, por exemplo, as exportações do mate guarani para Buenos Aires atingiram 190 mil libras (DORATIOTO, 2002). Julio José Chiavenatto (1979), por sua vez, afirma que, no início da década de 1860, a produção era de cerca de 2 milhões e meio de quilos e de grande relevância econômica. Em relação ao mercado europeu, por fim, sabe-se

²⁶ Relatório apresentado pelo presidente da Província do Paraná, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1862, p. 23.

²⁷ Sobre os debates e disputas em torno da regulamentação da atividade ervateira no período ver (PEREIRA, 1996).

que Solano Lopes negociou com o Rei da Prússia seis mil libras de erva-mate, geralmente destinada ao exército (POMER, 1928).

Mas com o desencadear da guerra da Tríplice Entente, o Paraguai teve suas relações diplomáticas estremecidas e perdeu espaço nos mercados platino e europeu. Ademais, a longa duração do conflito deslocou a mão de obra guarani para a defesa dos campos de batalha e, como em outros setores produtivos, prejudicou a extração e o beneficiamento de erva-mate (CHIAVENATTO, 1979). De certa forma, a Guerra eliminou o maior concorrente do Brasil e tornou-o por cerca de 80 anos o único país a dispor desse produto para abastecer os mercados estrangeiros (LINHARES, 1969). Notadamente, as vendas do mate rio-grandense aumentaram de forma significativa (Figura 2). No entanto, a mesma fonte mostra que os índices de exportação não se mantiveram elevados por muito tempo.

Crise da exportação ervateira

É difícil indicar em que momento a crise se instaurou de fato. Contudo, os índices de exportação sugerem que ela começou a partir de 1871 e perdurou até as primeiras décadas do século XX. A seguir são discutidos alguns dos prováveis motivos que contribuíram para esse declínio.

Para a Província do Rio Grande do Sul, os quase cinco anos de insurgência com o Paraguai resultaram em queda de exportação dos produtos tradicionais como a erva-mate. Além disso, neste período de beligerância, ou mesmo após seu término, não houve novos investimentos ou reinvenção produtiva. As principais inovações ocorreram no final de 1840 e no início de 1850 e, depois disso, embora essa tecnologia atendesse às demandas do mercado nos primeiros decênios de sua instauração, não ocorreram outros melhoramentos significativos. O carijo ainda era o processo padrão de secagem dos galhos e das folhas e a moagem ainda acontecia em engenhos hidráulicos. As cadeias de estocagem e de transporte também ficaram defasadas. Depois de beneficiada, a grande maioria da erva produzida continuava sendo embalada em surrões, recipientes que deixavam o produto sujeito a intempéries. Esses recipientes se tornaram pouco atrativos no mercado externo, sobretudo o europeu. O transporte, por sua vez, realizado com o auxílio de mulas e carroças, mostrava-se defasado e moroso (COUTY, 1880)

Outro motivo para a crise do mate rio-grandense é a recuperação do setor ervateiro paranaense, a partir da década de 1870. Essa recuperação foi marcada

pela substituição tecnológica do engenho hidráulico para o engenho a vapor, o que aperfeiçoou os sistemas de secagem, de peneiramento, de trituração e de mistura (MARTINS, 1926). Além disso, a erva-mate paranaense passou a ser embalada e comercializada em barricas ou em embalagens menores, envoltas em litografias, ambas mais atrativas se comparadas com os surrões. Com esses melhoramentos, o mate paranaense ganhou a preferência dos mercados uruguaio, argentino e chileno (LINHARES, 1969).

Essa recuperação também se deu devido à implementação de um sistema de escoamento ferroviário na Província do Paraná. As ferrovias, a partir da segunda metade do XIX, revolucionaram os meios de transporte e sua expansão ganhou grandes proporções em território britânico e em seguida nas demais nações do mundo, o que permitiu a expansão do sistema capitalista, a transnacionalização de capitais – sobretudo o industrial e o financeiro – a interconexão de mercados outrora distantes e, também, a ocupação dos espaços “vazios”. Motivadas por essas circunstâncias, as ferrovias foram construídas em várias províncias do Império.

No caso do Paraná, as estradas de ferro foram instaladas no decênio de 1880 e contribuíram à locomoção tanto de passageiros quanto de mercadorias, o que exerceu profunda influência sobre a expansão comercial e industrial do setor ervateiro. Além disso, essas novas vias de transporte contribuíram para a integração e a exploração dos ervais do planalto curitibano que, com o passar do tempo, superou a produção dos primeiros polos ervateiros: Morretes e Antônia (KROETZ, 1985). Esses fatores contribuíram para o aumento produtivo do mate paranaense.

Além da competitividade do mate paranaense, a crise se desencadeou devido à extração desenfreada dos ervais nativos. Apesar do esforço da Província, e mesmo das Câmaras Municipais, para regulamentar o acesso aos ervais e a qualidade do produto final, a legislação sancionada não foi suficiente para a efetiva preservação de muitos deles, pois, ao mesmo tempo que os rendimentos do comércio do mate cresciam, também aumentava a exploração predatória (CHRISTILLINO, 2008). Um relatório das atividades econômicas de Palmeira das Missões, datado de 1883, ressaltava que “a maior parte da população se dedicava quase que exclusivamente a fabricação da erva-mate”²⁸. Essa expansão da produção em larga escala, por sua vez, tornava constante a busca por novos ervais.

²⁸ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Palmeira das Missões. Nº 125. Maço 98, Lata 124, Cx 43, de 04 de maio de 1883.

Além disso, o desejo por lucros maiores também contribuiu, ainda que indiretamente, para a crise externa do mate rio-grandense. Muitos ervateiros, como ocorrera no Paraná, passaram a burlar as leis e a misturar outras plantas para aumentar o volume da produção, o que fez com que o produto perdesse qualidade e espaço no mercado internacional (COUTY, 1880).

O contrabando de erva-mate também é uma hipótese a ser considerada para explicar os motivos para o declínio nos índices de exportação. Afinal, a província do Rio Grande do Sul, fazia fronteira com outros Estados Nacionais. A fronteira, por sua vez, ainda que estabeleça uma linha divisória entre territórios, também se torna um espaço de articulações econômicas e políticas que ocorrem às margens da administração oficial. Nesse sentido, essas relações extraoficiais ignoram os entraves aduaneiros e tarifários, burlam a vigilância fiscal e buscam novas rotas para o tráfico de mercadorias e transeuntes. Bem como discute Susana Bleil de Souza (1995), “o contrabando não pode ser definido unicamente como um ato ilegal em si, ele tem que ser explicado no ambiente socioeconômico que lhe deu origem e cujas relações ele se apóia”. Com base nisso, o contrabando terrestre ou fluvial, embora combatido pelas autoridades locais, foi uma prática bastante presente na vida dos rio-grandenses ao longo do século XIX. Os Processos de Crime de Contrabando localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul fornecem um vislumbre sobre essa realidade. Apenas para citar poucos exemplos, em 1851, as autoridades públicas apreenderam uma carga ilegal que se destinava ao Estado Oriental. Dentre as mercadorias confiscadas, havia 30 arrobas de erva-mate²⁹. Outro exemplo é um processo crime de 1866 que reportava o contrabando de duas carretas com 4 ou 5 mil quilogramas desse produto para Corrientes³⁰. Dado que esse tipo de crime era uma realidade na vida dos homens de fronteira, com a elevação dos preços da erva-mate a partir de 1890, é possível que houve um aumento do seu contrabando e que provavelmente houve um mascaramento dos números oficiais da época em relação a quantidade total da erva de fato destinada ao estrangeiro.

Um último motivo para a crise foi a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas com ervais nativos. Se em um primeiro momento a colonização dirigida contribuiu para aumentar os índices de exportação de erva-mate, com o passar do

²⁹ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Autos de apreensão de Contrabando. Fundo Comarca de Alegrete. Estante 145C. Caixa 43. Maço78. Nº 2711

³⁰ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Autos Crime de Contrabando. Maço 67. Nº 2567 A apreensão do contrabando ocorreu em 1863. Contudo, o processo foi encerrado em 1866.

tempo, ela se tornou um dos desencadeadores da crise. A maioria dos estrangeiros recebeu lotes com cerca de 25 hectares. Somado à técnica de cultivo ainda rudimentar (coivara), o pouco espaço disponível fazia com que o colono explorasse toda a sua propriedade, avançasse para terras de ervais e as substituísse por culturas agrícolas de seu interesse. Em 1858, por exemplo, o presidente da Província, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, destacou que os colonos estragavam e derrubavam os ervais, pois muitos deles não compreendiam os benefícios desses matos³¹.

Com o passar do tempo, os filhos dos primeiros imigrantes, devido ao crescimento vegetativo, também migraram e adquiriram novos lotes de terra vendidas pelas Companhias de Colonização. Esse movimento corroborou para a rápida ocupação do vale dos rios dos Sinos e das regiões próximas. Posteriormente, esse processo de colonização se estendeu para o norte e para o noroeste da Província. A partir de 1880, essas Companhias compraram terrenos de particulares e negociaram terras devolutas em Cruz Alta, Palmeira das Missões e Passo Fundo, locais com significativa presença de ervais nativos (ZARTH, 1997).

Considerações Finais

Neste trabalho, procurou-se mostrar os motivos que contribuíram para a ascensão e a crise da exportação de erva-mate na Província do Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. As análises apontam que, de certo modo, o comércio externo de erva-mate foi favorecido por uma série de fatores endógenos e exógenos à conjuntura política e econômica da Província.

Entre os fatores endógenos se destacam: a estabilidade política e econômica após o término da Revolução Farroupilha, a retomada nos projetos de colonização, a catequização das comunidades indígenas no norte e noroeste da província, a abertura de estradas, a regulamentação da qualidade do produto destinado ao mercado e a regulamentação do setor através dos Códigos de Posturas. Já em relação aos fatores exógenos se destacam: as transformações na estrutura produtiva, as melhorias dos maquinários, a crise do setor ervateiro paranaense, a Guerra do Paraguai e a decadência do setor ervateiro nesse país.

No entanto, as duas últimas décadas dos oitocentos apresentam uma significativa queda na quantidade de erva-mate exportada. O trabalho aponta alguns

³¹ Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva Ferraz. 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre. Typographia Correio do Sul 1858, p. 33.

fatores que colaboraram para o estabelecimento e o aprofundamento dessa crise: o pós-Guerra do Paraguai, a defasagem produtiva e tecnológica do setor ervateiro rio-grandense, a recuperação do setor ervateiro paranaense, a extração desenfreada dos ervais, as fraudes na produção e a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas com ervais nativos.

Embora não tratado aqui, essa crise do setor ervateiro rio-grandense perdurou até as primeiras décadas do século XX e os motivos que levaram a essa recuperação ficam como perspectiva para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ABREU E SILVA, Florêncio de. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul (1882-1922). **Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre. 1922.

AMBAUER, Henrique Schutel. Itinerário da cruz Alta ao Campo Novo na Província do Rio Grande do Sul. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e geographico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Tomo XXXI - segunda parte, 1868.

ARDENGGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: lutas e resistências no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UFP Editora, 2003.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BENTO, Cláudio Moreira. **O exército farrapo e seus chefes**. Porto Alegre: Biblioteca do Exército, 1992.

BINDÉ, Wilmar. **Campo Novo: apontamentos para sua história**. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARNEIRO, David. **Fasmas estruturais da economia do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1962.

CARNEIRO, Newton. **Um precursor da justiça social**. Curitiba: [s.n.], 1965.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Pulo: Brasiliense, 1979.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: A Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. Tese (Tese de doutorado em História). Niterói. Universidade Federal Fluminenses.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul**. SAECULUM - Revista de História, João Pessoa, p. 143-160, Jan/Jun 2008.

COUTY, Louis. **Le mate at les conserves de viande: rapport a son excellence Monsieur le Ministre de l'Agriculture et du Commerce - sur sa mission dans les provinces du Parana, Rio Grande et les du Sul**. Rio de Janeiro: Typ. a Republica, 1880.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ECKERT, José Paulo. **O povo dos ervais: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz 1850-1890)**. 2011. Dissertação (Dissertação de mestrado em História). São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

HOBBSAWM, E. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)**. 1985. TESE (tese de doutorado em História). São Paulo. Universidade de São Paulo.

LAYTANO, Dante de. **A estância gaúcha**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Colonizar para atrair: A montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1990)**. 1996. Dissertação (Dissertação de mestrado em História). Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.

MAFRA, Antônio Dias. **Aconteceu nos ervais: A disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate - Região Sul do vale do rio Negro**. 2008. Dissertação (Dissertação de mestrado em História). Canoinhas. Universidade do Contestado.

PEREIRA, MAGNUS. Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba: UFPR, 1996.

MARTINS, Romário. **Ilex-mate, Chá sul americano**. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: Classes dominantes do estado do Paraná**. 2000. Tese (Tese de Doutorado em História). Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Niterói. 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política Rio-grandense. In: DACANAL, H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POMER, Leon. **Paraguai: nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Centro Ed. Latino Amer, 1928.

ROSA, Lilian da. **A trajetória do setor ervateiro na Província do Rio Grande do Sul**. 2015. Dissertação (Dissertação de Mestrado em História Econômica) Campinas. Instituto de Economia. Unicamp.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SOUZA, Susana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1995.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá: um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX**. Ijuí: Editora Ijuí, 2002.

Fontes primárias

Documento FEE n.º 60.

Fábricas. **Jornal o Povo**. Piratini. Nº. 14. 20 de outubro de 1838.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Os segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta**. Nº 143, Maço 60, Cx. 28, de 22 de fevereiro de 1850.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembleia Legislativa. Biblioteca Borges de Medeiros. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845**, Página 86, Vol. pt II.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta**. Nº 142, Maço 60, Cx. 28, de 01 de fevereiro de 1850.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo**. Nº 147a, Lata 125, 1862.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Palmeira das Missões**. Nº 125. Maço 98, Lata 124, Cx 43, de 04 de maio de 1883.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Palmeira das Missões**. S/nº. Maço 97, Lata 124, Cx 43, de 20 de maio de 1875.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Taquari**. Maço 279, Lata 96, Cx 150, de 10 de julho de 1873.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Correspondência da Câmara Municipal de Taquari**. Maço 65, 08 de julho de 1969.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembleia Legislativa. Biblioteca Borges de Medeiros. **Collecção das Leis e Resoluções e Actos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Tomo XXIII. 1º sessão da 13º Legislatura. Tipographia Rio-grandense. 1869.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembleia Legislativa. Biblioteca Borges de Medeiros. **Collecção das Leis e Resoluções e Actos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Tomo XXIII. 1º sessão da 13º Legislatura. Tipographia Riograndense. 1869.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cível e Crime. **Autos de apreensão de Contrabando**. Fundo Comarca de Alegrete. Nº 2711. Estante 145C. Caixa 43. Maço78. 1851.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cível e Crime. **Autos Crime de Contrabando**. Nº 2567. Maço 67.1866.

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná, por Antônio Barbosa Gomes Nogueira. Typografia do Correio Oficial. 1862. Disponível em:

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo Presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Siminbu. Porto Alegre. Typographia do Mercantil. 1855. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório, Porto Alegre. Typographia do Rio Grandense. 1870. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Antônio de Azevedo Castro. Porto Alegre. Typographia do Rio Grandense. 1876. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. 1ª sessão da 9ª legislatura. Porto Alegre. Typographia Correio do Sul. 1860. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Provincial. 1863. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva Ferraz. 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre. Typographia Correio do Sul 1858. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. 1ª Sessão da 10 Legislatura da Assembleia Provincial. 1863. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1865. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello. Porto Alegre. Typographia do Rio-grandense. 1872. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Lilian da Rosa – Concepção do trabalho. Coleta de dados. Análise de dados. Elaboração do manuscrito. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Lígia Maria Osório Silva – orientação. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Capes: bolsa de pesquisa (durante 5 meses). Fapesp: bolsa de pesquisa (19 meses) e custeio de viagem de pesquisa em arquivos. Número do processo: 2013/08503

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 21-03-2019

Aprovado em: 22-04-2019